



Relatório de Gestão 2025

94
28
Fred

1. A MESERICÓRDIA

A Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova é uma Instituição sem fins lucrativos, reconhecida, na Direção Geral de Segurança Social sob o n.º 45 fls. 132 e 132 verso, com sede na Rua Dr. Aprígio Melo Leão de Meireles, s/n, 6060-101 Idanha-a-Nova, com o NIF: 501 385 169.

Tem como atividade a persecução dos seguintes objetos:

- Apoio à terceira Idade, Infância e juventude
- Saúde
- Resolução dos problemas habitacionais
- Atividades Turísticas
- Atividades Agrícola

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, também abreviadamente denominada Misericórdia de Idanha-a-Nova, instituída no ano de 1530, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Em conformidade com a sua ereção canónica, a Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova encontra-se sujeita ao regime especial decorrente do compromisso celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Conferencia Episcopal Portuguesa, assinado em 2 de maio de 2021, ou de documento bilateral que o substitua, o qual consubstancia o Decreto-Geral Interpretativo da Conferência episcopal Portuguesa, da mesma data.

A Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova tem, também, reconhecida personalidade jurídica civil, com estatuto de Misericórdia Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

2. MEIO ECONÓMICO ENVOLVENTE

O crescimento da economia mundial manteve-se resiliente no segundo trimestre de 2025, com melhoria do crescimento da Ásia e da área do euro e, um crescimento mais moderado dos EUA. As pressões desinflacionistas prosseguiram na generalidade das

economias avançadas em resultado da desaceleração dos preços de energia e da inflação subjacente.

Os mercados financeiros recuperaram e assistiu-se a uma maior divergência de orientação da política monetária entre os dois lados do Atlântico, contribuindo para a apreciação do euro face ao dólar.

No primeiro semestre de 2025, a economia portuguesa apresentou um desempenho favorável. Nos primeiros seis meses do ano, o PIB registou uma variação homóloga real de 1,8%, refletindo um contributo positivo da procura interna.

O consumo privado registou uma taxa de variação homóloga de 3,7%, tendo a taxa de poupança continuado a crescer, fixando-se em 12,6% no final do primeiro semestre.

O investimento cresceu 6,7% no primeiro semestre de 2025, com o investimento em construção a crescer 4,8%.

O mercado de trabalho apresentou uma evolução positiva no primeiro semestre. No segundo trimestre, a população ativa e a população empregada continuaram a registar aumentos, a par da diminuição da taxa de desemprego.

A inflação volta a acelerar no terceiro trimestre. No terceiro trimestre, a inflação acelerou para 2,6%, pressionada pelos produtos alimentares, enquanto a inflação subjacente manteve-se estável nos 2,3%.

Os preços na produção industrial mantêm a trajetória descendente enquanto os preços na habitação continuam a bater recordes.

Na primeira metade de 2025, as exportações portuguesas continuam em máximos históricos em termos reais. A Alemanha foi o principal motor de crescimento das exportações portuguesas de mercadorias neste período, sustentada pela componente de produtos químicos, nomeadamente farmacêuticos.

O montante de novos empréstimos, no primeiro semestre de 2025, aumentou 17,2% face ao período homólogo, tendo sido concedidos, neste período, 14 282 milhões de euros, dos quais 7 923 milhões de euros nos empréstimos até 1 milhão de euros e 6 359 milhões nos empréstimos acima de 1 milhão de euros, mais 20,6% e 13,4%, respetivamente, face ao mesmo período de 2024.

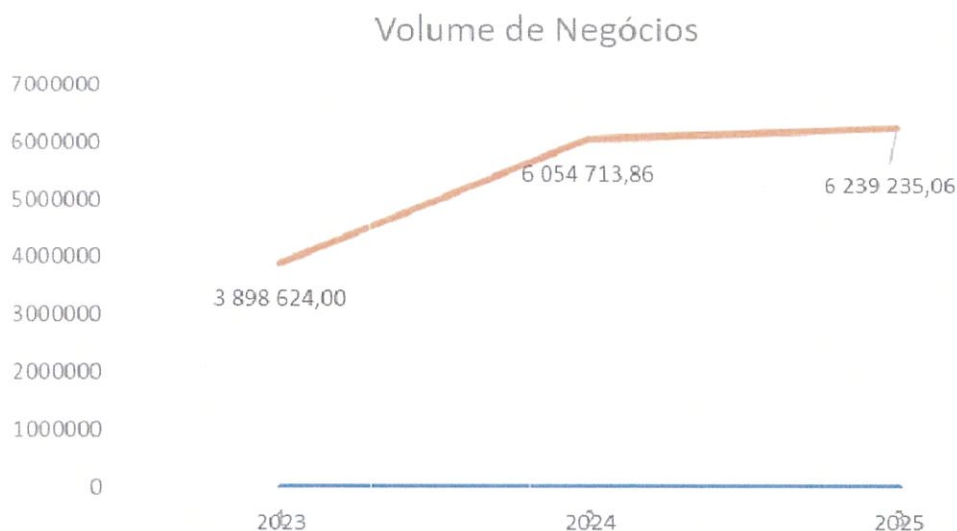
No primeiro semestre de 2025, a constituição de empresas em Portugal assinalou um crescimento, quer em termos homólogos quer em comparação com o período pré-pandemia. Em sentido inverso, e também face a ambos os períodos, a dissolução de empresas e as insolvências decretadas diminuíram.

A taxa de investimento das SNF voltou a cair no segundo trimestre de 2025. No primeiro trimestre de 2025, a rentabilidade operacional das empresas portuguesas diminuiu ligeiramente para 9,3%, refletindo quebras na Indústria, Eletricidade e Comércio, apesar das melhorias nos Serviços e Transportes.

No primeiro semestre de 2025, o saldo orçamental registou um excedente de 1% do PIB (igual ao registado no período homólogo de 2024) e, no final do período, a dívida pública situou-se em 96,8% do PIB (-2,3 p.p. do PIB face ao verificado no final de junho de 2024).

3. ATIVIDADE E ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA

Volume de Negócios



O aumento que o Volume de Negócios registado em 2025 face a 2024, fica a dever-se principalmente à atualização de mensalidade, e a subvenção do município relativamente ao pré-escolar.

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2025 o desempenho económico e financeiro conduziu à apresentação de um resultado líquido positivo de 650.618,67€, deve-se principalmente à revisão das mensalidades, bem como ao controlo e diminuição dos serviços externos.

RESULTADO OPERACIONAL

O resultado operacional da Misericórdia reflete um valor positivo atendendo a que o valor dos rendimentos é superior ao dos gastos em 544.384,49€.

	2025	2024	Variação	
Rendimentos Operacionais	6 419 651,54	6 419 533,48	118,06	0,00
Prestação de serviços	6 239 235,06	6 054 713,86	184 521,20	3,05
Subsídios à exploração	1 500,00	180 030,39	-178 530,39	-99,17
Outros rendimentos e ganhos operacionais	178 916,48	184 789,23	-5 872,75	-3,18
Gastos Operacionais	5 880 260,62	5 699 809,76	180 450,86	3,17
CMVMC	489 726,61	461 672,94	28 053,67	6,08
Fornecimentos e serviço externos	1 065 598,03	1 127 596,03	-61 998,00	-5,50
Gastos com Pessoal	3 898 485,93	3 683 853,37	214 632,56	5,83
Amortizações e depreciações	395 056,08	368 943,21	26 112,87	7,08
Outros gastos	31 393,97	57 744,21	-26 350,24	-45,63

Como se pode verificar os nossos rendimentos e gastos operacionais mantiveram os valores anteriormente alcançados, enquanto os nossos gastos operacionais sofreram um aumento de 3,16%.

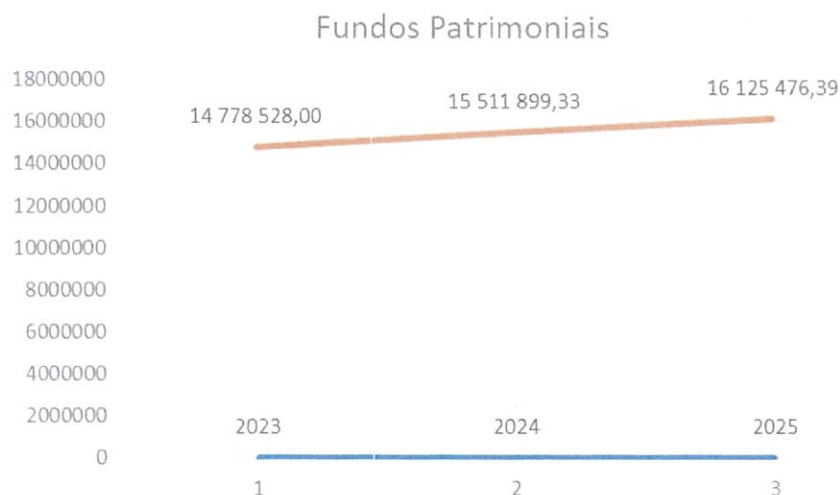
RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, apresentam um aumento significativo em face aos juros regatados de depósitos a prazo.

Resultados Financeiros	2025	2024	vari €
Gastos financeiros	10,86	593,23	-582,37
Rendimentos financeiros	106 245,04	70 370,95	35 874,09
Resultados Financeiros	106 234,18	69 777,72	36 456,46

FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos patrimoniais no final do exercício ascendem a 16 125 476,39€ euros.



Os Fundos Patrimoniais revelam manter o sentido ascendente de comportamento.

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Económico-Financeiros	2025	2024
Volume de Negócios	6 239 235	6 054 714
Cashflow	1 045 675	1 158 445
Resultado Líquido do Exercício	650 618	789 501
Ativo	17 656 702	16 826 724
Fundos Patrimoniais	16 125 476	15 511 899
Passivo Remunerado	456 559	532 662
Passivo Não Corrente	380 466	456 559
Passivo Corrente	1 150 760	858 266
EBITDA	939 440	1 088 666
Meios Líquidos Brutos	939 440	1 088 666

Evolução da estrutura financeira	2025	2024
Autonomia financeira	91,33%	92,20%
Solvabilidade	10,53%	11,80%
Rentabilidade do ativo	5,32%	4,27%

Outros Indicadores	2025	2024
EBITDA	939 440 €	1 088 667 €
EBITDA/prestação serviços	15,06%	17,98%
Encargos financeiros/prestação serviços	0,01%	0,01%
FSE/prestação serviços	17,08%	18,41%

Estes indicadores refletem a forte estabilidade económica e financeira que foi alcançada pela Santa Casa Misericórdia de Idanha-a-Nova

POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

A atividade da Misericórdia está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Mesa Administrativa tem responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Misericórdia. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade do setor social.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de clientes relativamente às condições contratuais ou extracontratuais estabelecidas com a Misericórdia no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente dos clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito da Misericórdia, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. A exposição da Misericórdia ao risco de crédito é reduzida pois prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional.

RISCO DE MERCADO

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os rendimentos da Misericórdia, No entanto, no caso da Misericórdia este risco encontra-se minorado pois esta funciona com base em protocolos firmados com o Instituto da Segurança Social e Administração Regional de Saúde do Centro

4. CUMPRIMENTOS DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

A misericórdia tem regularizadas todas as suas obrigações para com a Administração Fiscal, Centro Regional de Segurança Social e todas as outras entidades públicas.

5. FATOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

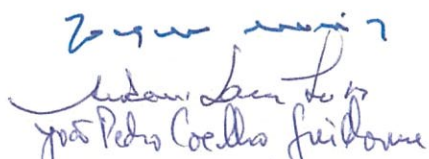
Agradecemos a todos os parceiros e colaboradores a cooperação e a confiança que revelaram ao longo deste exercício.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Desta forma propões a aplicação do Resultado Líquido positivo no valor de 650.618,67€, para Resultados Transitados.

Idanha-a-Nova, 18/06 / 2016

A Mesa Administrativa.


João Pedro Coelho
VIDA MAIS DE JESUS ASSINAR




Anexo as Demonstrações
Financeiras
2025

Índice

Balanço 2025

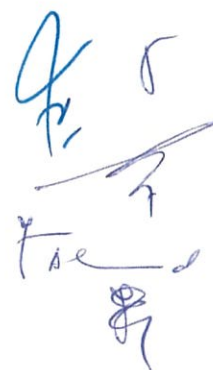
Demonstração dos Resultados por Naturezas –2025

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2025

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Período findo em 31 de dezembro de 2025

Anexo

1. Identificação da Entidade
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras
3. Principais Políticas Contabilísticas
 - 3.1. Bases de Apresentação
 - 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
5. Ativos Fixos Tangíveis
6. Ativos Intangíveis
7. Locações
8. Financiamentos obtidos
9. Inventários
10. Rédito
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio
14. Imposto sobre o Rendimento
15. Benefícios dos empregados
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais
17. Outras Informações
 - 17.1. Investimentos Financeiros
 - 17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros
 - 17.3. Créditos a receber
 - 17.4. Outros ativos correntes
 - 17.5. Perdas por imparidade subtraídas das reversões
 - 17.6. Diferimentos
 - 17.7. Outros Ativos Financeiros
 - 17.8. Caixa e Depósitos Bancários
 - 17.9. Fundos Patrimoniais
 - 17.10. Fornecedores
 - 17.11. Estado e Outros Entes Públicos
 - 17.12. Outros passivos correntes
 - 17.13. Fornecimentos e serviços externos
 - 17.14. Outros rendimentos
 - 17.15. Outros gastos
 - 17.16. Resultados Financeiros
18. Acontecimentos após data de Balanço



Anexo

Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados neste Anexo estão expressos em euros

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede Rua Dr. Aprígio Melo Leão de Meireles, s/n, concelho de Idanha-a-Nova.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s (entre outros):

- 88990 Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.
- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

É uma Associação de Fiéis constituída na Ordem Jurídica Canónica e reconhecida pelo Estado Português, cuja orientação estratégica se desenvolve de acordo com Catorze Obras de Misericórdia:

1 Sete Obras Espirituais – Ensinar os simples; Dar bom conselho a quem o pede; Castigar com caridade os que erram; Consolar os tristes desconsolados; Perdoar a quem errou; Sofrer as injúrias com paciência; Rogar a Deus pelos vivos e defuntos;

2 Sete Obras Corporais– Remir os Cativos; Visitar os presos; Curar os enfermos; Cobrir os nus; Dar de comer aos famintos; Dar pousada aos peregrinos e pobres; Enterrar os mortos.

É pela prática das Obras de Misericórdia que a Instituição prossegue aquela que continua a ser a sua Missão: “Agir concertada e integradamente na comunidade que a envolve, melhorando as condições de vida da sua população, prestando, criando e desenvolvendo serviços nas áreas social e da saúde adequados às necessidades das pessoas/indivíduos e promovendo a solidariedade, a qualidade de vida e a dignidade humana.”

“A Santa Casa Misericórdia de Idanha-a-Nova visa ser uma instituição de referência pela qualidade nas áreas social e da saúde a nível local, nacional e transnacional.”

A SCMS definiu a sua Visão, assente nos seguintes Valores:

- Justiça;
- Ética;
- Solidariedade;
- Equidade;
- Qualidade.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir, dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística, e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2016 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2016 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2016 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços, ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimento se gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente

identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram ser levados a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados pelo custo de aquisição, o qual inclui não só custo de compra mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos não são depreciables.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida (0)
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10

Outros Ativos fixos tangíveis

3 a 10

Os gastos com depreciações são reconhecidos na Demonstração de Resultados por Naturezas, na rubrica de Gastos com Depreciações e Amortizações.

Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem, (calculado como a diferença entre o valor de venda menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

A Instituição é possuidora de “Bens do património histórico e cultural”, nomeadamente arte sacra, mas não estão ainda reconhecidos contabilisticamente.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos, se e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem.

Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu custo de aquisição ou de produção até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Os valores constantes nas rubricas de “Propriedades de Investimento”, dizem respeito aos registos contabilísticos referentes ao 70.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

Os ativos intangíveis com vida útil finita, são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano e os efeitos dessas possíveis alterações, são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

O gasto com as amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados, na rubrica de gastos de depreciação e amortização.

3.2.5. Investimentos financeiros

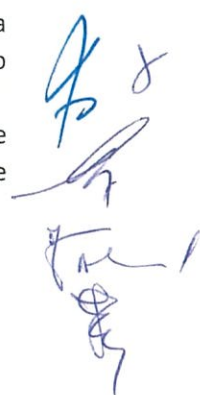
Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar, tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade, inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.



3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor, de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários, para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado e para os bens doados o justo valor.



3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Misericórdia se constitui parte, na respetiva relação contratual, ao justo valor.

- Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes desta rubrica, que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

- Créditos a receber e outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e as "outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos, que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

- Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação tem ocorrência em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações destes reconhecidos por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação serão incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

- Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

- Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações, que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que, a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Os financiamentos são valorizados ao custo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial, os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço, o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), condicionada à observância continuada dos requisitos mencionados no n.º 3 do referido artigo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural A Entidade possui "Bens do património histórico, artístico e cultural", mas não se encontram totalmente contabilizados por se desconhecer o seu justo valor.

2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Abates	Tranferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Bens Imovóveis	7 978,57	0,00	0,00	0,00	0,00	7 978,57
TOTAL	7 978,57					7 978,57

2025						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Abates	Tranferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Bens Imovóveis	7 978,57	0,00	0,00	0,00	0,00	7 978,57
TOTAL	7 978,57					7 978,57

Outros

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	237 119,79					237 119,79
Edifícios e outras construções	11 484 573,86	102 988,05				11 587 561,91
Equipamento básico	2 068 182,90	130 248,90				2 198 431,80
Equipamento de transporte	197 455,12	44 856,65	73 412,52			168 899,25
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	91 228,72	1 724,91				92 953,63
Outros Ativos fixos tangíveis	124 718,08					124 718,08
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total Custo	14 203 278,47	279 818,51	73 412,52		0,00	14 409 674,46
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	738,63	59,20				797,83
Edifícios e outras construções	3 530 502,02	341 789,83				3 872 291,85
Equipamento básico	1 884 816,36	20 802,41				1 905 618,77
Equipamento de transporte	162 191,73	9 328,61	73 412,52			98 107,82
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	174 804,46	4 123,15				178 927,61
Outros Ativos fixos tangíveis	114 373,99	4 752,88				119 126,87
Ativos fixos tangíveis em curso						0,00
Total Depreciações	5 867 427,19	380 856,08			0,00	6 174 870,75
Total Ativos Fixos Tangíveis	8 335 851,28	(101 037,57)	0,00			8 234 813,71

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	237 119,79					237 119,79
Edifícios e outras construções	11 406 945,92	77 627,94				11 484 573,86
Equipamento básico	2 055 668,58	12 514,32				2 068 182,90
Equipamento de transporte	243 933,02	37 314,44	83 792,34			197 455,12
Equipamento biológico	0,00					
Equipamento administrativo	84 049,89	7 178,83				91 228,72
Outros Ativos fixos tangíveis	117 178,61	7 539,47				124 718,08
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00				0,00
Total Custo	14 144 895,81	142 175,00	(83 792,34)			14 203 278,47
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	679,43	59,20				738,63

Edifícios e outras construções	3 236 347,14	294 154,88				3 530 502,02
Equipamento básico	1 853 989,35	30 827,01				1 884 816,36
Equipamento de transporte	220 765,15	21 545,22	(80 118,64)			162 191,73
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	169 936,96	4 867,50				174 804,46
Outros Ativos fixos tangíveis	111 084,59	3 289,40				114 373,99
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					
Total Depreciações	5 592 802,62	354 743,21	(80 118,64)			5 867 427,19
Total Ativos Fixos Tangíveis	8 552 093,19	(212 568,21)	(3 673,70)			8 335 851,28

Propriedades de investimento, foram registados os valores investido no lote 70, que tem como objetivo proporcionar rendas controladas à população mais carenciada.

Descrição	Saldo em 1 jan 25	Aquisições	Abates	Transferência	Revalorizações	Saldo em 31 dez 25
Propriedades de investimento						
Lote 70	88 345,82	92 314,99				180 660,81
TOTAL	88 345,82	92 314,99				180 660,81

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações,

Amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	476 695,83					476 695,83
TOTAL	476 695,83					476 695,83

Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	434 095,83	14 200,00				448 295,83
TOTAL	434 095,83	14 200,00				448 295,83

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	476 695,83					476 695,83
TOTAL	476 695,83					476 695,83

Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	419 895,83	14 200,00				434 095,83
TOTAL	419 895,83	14 200,00				434 095,83

Valor Líquido	42 600,00	-14 200,00				28 400,00
----------------------	------------------	-------------------	--	--	--	------------------

7. Locações

A Entidade em 2025 não tinha recorrido à locação financeira.

8. Financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2025			2024		
Descrição	Correntes	Não Corrente	Total	Correntes	Não Correntes	Total
Empréstimos Bancários	76 093,20	380 466,00	456 559,20	76 093,20	456 559,20	532 652,40
Total	76 093,20	380 466,00	456 559,20	76 093,20	456 559,20	532 652,40

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias							
Mat.-primas, subsid. e de cons.	25 964,50	444 531,71	11 505,06	20 328,33	483 845,83		14 447,55
Prod. Acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
...							
Total							
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				461 672,94			489 726,61
Variações nos inventários da produção							

10. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	20,00	253,18
Prestação de Serviços		
Quotas dos utentes	3 453 348,26	3 421 693,09
Quotas e Joias	212,50	314,50
Unidade Convalescença, Média e Longa Duração	2 785 654,30	2 632 453,09
Trabalhos para a própria entidade	3 988,92	7 788,47
Total	6 243 233,98	6 062 502,33

Referente às rubricas "Unidade Convalescença", "Unidade Média Duração" e "Unidade Longa Duração", os seus valores correspondem à faturação emitida aos utentes de média e longa duração, e às faturas emitidas à Administração Central do Sistema de Saúde, pelos cuidados continuados.

Os trabalhos para a própria entidade correspondem aos produtos que são produzidos na exploração agropecuária e consumidos pela Instituição.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

No período de 2025, não ocorreram variações relativas a provisões:

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do estado e outros entes públicos	0,00	2 369,00
Subsídios de outras entidades	0,00	171 461,39
Doações e heranças	1 500,00	6 200,00
Total	1 500,00	180 030,39

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2024 e 31/12/2025, não houve efeito resultante das alterações das taxas de câmbio.

14. Imposto sobre o Rendimento

As atividades desenvolvidas durante os anos de 2024 e 2025, não foram passíveis de tributação sobre o rendimento.

15. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos sociais são os especificados no quadro seguinte:

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	Padre Adelino Américo Lourenço
Vice-Presidente	Maria Fernanda Simões Soares
Secretário	João José Pereira Tapadas
Mesa Administrativa	
Provedora	Joaquim Mourão Lopes Dias
Vice-Provedor	Dr. José de São Pedro Celestino
Secretário	António Sousa Lisboa
Tesoureiro	João António Sousa
Conselho Fiscal	
Presidente	Alexandre Manuel Antunes Fernandes
Vice-Presidente	Jerónimo Bruno Raposo
Secretário	Vítor Manuel Mendes Martins

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Em 31 de dezembro de 2025, a SCM Idanha-a-Nova dispunha de 226 colaboradores

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	3 166 002,94	2 979 723,19
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		4 512,93
Encargos sobre as Remunerações	698 809,15	653 507,54
Seguros de Acidentes de Trabalho	32 499,73	46 109,71
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	1 174,11	
Total	3 898 485,93	3 683 853,37

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	2 264 180,14	2 182 890,31
Método de Equivalência Patrimonial	2 264 180,14	2 182 890,31
Investimentos noutras empresas	10 500,00	1 000,00
Total	2 274 680,14	2 183 890,31
Outros investimentos financeiros	48 280,88	48 280,88
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2 322 961,02	2 232 171,19

A entidade efetuou empréstimos às suas sociedades participadas (sociedade Cabeço Monteiro e sociedade Valperovilheiro). Deste modo, o valor global dos investimentos nas sociedades participadas é:

I. Sociedade Cabeço Monteiro

Participação Financeira:	5 000,00€
Prestações Suplementares:	1 000 000,00€
Suprimentos:	1 395 655,14€
Efeito Método Equivalência Patrimonial:	- 192 771,48€
TOTAL	2 207 583,66€

II. Sociedade Valperovilheiro

Participação Financeira:	5 000,00€
Participações Suplementares:	50 000,00€
Suprimentos:	10 531,25€
Efeito Método Equivalência Patrimonial	- 9 234,77€
TOTAL	56.296,48€

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros
A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, não apresentava saldos.

17.3. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e utentes c/c		
Clientes	980 229,90	858 787,37
Utentes	137 421,57	119 051,26
Total	1 117 651,47	977 838,63

17.4. Outros ativos correntes

A rubrica "Outro contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	2 726,85	3 904,40
Adiantamento a fornecedores	4 872,80	1 037,35
Devedores por acréscimo de rendimentos	263 119,34	305 913,15
Outros devedores	6 387,50	18 656,98
Total	277 106,49	329 511,88

17.5. Perdas por imparidade subtraídas das reversões

Nos períodos de 2025 e 2024 não foram registadas "Perdas por Imparidade".

17.6. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer	9 843,64	9 024,34
Total	9 843,64	9 024,34

17.7. Outros Ativos Financeiros

Os ativos financeiros serão contabilizados pelo valor de subscrição.

17.8. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	6 340,92	963,63
Depósitos à ordem	1 970 385,11	1 314 250,61
Depósitos a prazo	3 445 015,21	3 445 015,21
Total	5 421 741,24	4 760 229,45

17.9. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2025		2024		
	31/dez	Variação	31/dez	variação	01/Jan
Fundos	760 047,25		760 047,25		760 047,25
Resultados Transitados	13 637 129,21	837 861,63	12 799 267,58	463 919,62	12 335 347,96
Outras Variações nos fundos Patrimoniais	1 077 681,26	-85 401,80	1 163 083,06	-95 006,71	1 258 089,77
Resultado Líquido do Período	650 618,67		789 501,44		425 042,97
Total	16 125 476,39		15 511 899,33		14 778 527,95

17.10. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	105 238,91	175 472,05
Fornecedores títulos a pagar		0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência		0,00
Total	105 238,91	175 472,05

17.11. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Ativo

Descrição	2025	2024
Rir – rendimentos profissionais	5 146,48	3 613,98
Iva - reembolso	35 951,41	19 231,45
Total	41 097,89	22 845,43

A Instituição regista um ativo no valor de 5 146,48€ relativamente a retenções na fonte de independentes, esta situação deveu-se a pagamento em excesso de retenção na fonte, do qual foi solicitado o reembolso do mesmo.

Passivo

Descrição	2025	2024
IRS – Rir- Trabalho independente		0,00
IRS – Rir-Trabalho dependente	12 083,00	15 524,00
Sobretaxa		0,00
Segurança Social	73 322,08	73 058,71
Total	85 405,08	88 582,71

17.12. Outros passivos

A rubrica "Outros passivos" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Pessoal	142,25	2 592,15
Fornecedores de investimento	11 153,64	5 412,00
Devedores e credores por acréscimo	872 726,92	504 793,23
Outros devedores e credores	37 064,03	5 321,05
Total	921 086,84	518 118,43

17.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

Conta	Descrição	2025	2024
62	Fornecimentos e serviços externos		
621	Subcontratos	0,00	0,00
622	Serviços especializados	370 262,96	347 926,59
623	Materiais	51 906,05	56 675,00
624	Energia e fluidos	361 955,79	376 837,54
625	Deslocações, estadas e transportes	937,98	3 435,90
626	Serviços diversos	280 535,25	342 721,00
	Total	1 065 598,03	1 127 596,03

17.14. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	9 230,00	7 485,22
Desconto de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	100 630,00	105 076,30
Outros rendimentos	70 061,13	64 439,24
Total	179 921,13	177 000,76

17.15. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	2 640,87	2 408,71
Gastos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	16 730,26	38 862,64
Outros Gastos	12 022,84	16 472,86
Total	31 393,97	57 744,21

17.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Gastos Financeiros	10,86	593,23
Rendimentos Financeiros	106 245,04	70 370,95
Total	106 234,18	69 777,72

18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

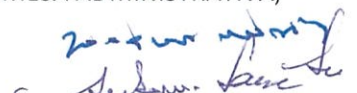
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025, foram aprovadas pela Mesa Administrativa nesta data.

Idanha-a-Nova, ____/____/____

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

 NIF 495 722 302
CC 93267

A MESA ADMINISTRATIVA,


João Pedro Coelho Guimarães
Vice-Presidente da Mesa Administrativa

SCM Idanha-a-Nova
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
<u>Ativo</u>			
<u>Ativo não corrente</u>			
Ativos fixos tangíveis	5	8 234 813,71	8 335 851,28
Bens do património histórico e cultural	5	7 978,57	7 978,57
Propriedades de investimento	5	180 660,81	88 345,82
Ativos intangíveis	6	28 400,00	42 600,00
Investimentos financeiros	17.1	2 274 680,14	2 183 890,31
Outros créditos e ativos não correntes	17.1	48 280,88	48 280,88
<u>Total Activo Não Corrente:</u>		10 774 814,11	10 706 946,86
<u>Ativo corrente</u>			
Inventários	9	14 447,55	20 328,33
Créditos a receber	17.3	1 117 651,47	977 838,63
Estado e outros Entes Públicos	17.11	41 097,89	22 845,43
Diferimentos	17.6	9 843,64	9 024,34
Outros Activos Correntes	17.7	277 106,49	329 511,88
Caixa e Depósitos Bancários	17.8	5 421 741,24	4 760 229,45
<u>Total Activo Corrente:</u>		6 881 888,28	6 119 778,06
<u>Total do Ativo</u>		17 656 702,39	16 826 724,92
<u>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</u>			
<u>Fundos patrimoniais</u>			
Fundos	17.9	760 047,25	760 047,25
Resultados transitados	17.9	13 637 129,21	12 799 267,58
Ajustamentos em Activos Financeiros	17.9	(185 797,02)	(143 471,27)
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	17.9	1 263 478,28	1 306 554,33
Sub-Total:		15 474 857,72	14 722 397,89
Resultado Líquido do período	17.9	650 618,67	789 501,44
<u>Total dos fundos patrimoniais:</u>		16 125 476,39	15 511 899,33
<u>Passivo</u>			
<u>Passivo não corrente</u>			
Financiamentos obtidos	8	380 466,00	456 559,20
<u>Total Passivo Não Corrente:</u>		380 466,00	456 559,20
<u>Passivo corrente</u>			
Fornecedores	17.10	105 238,91	175 472,05
Estado e outros Entes Públicos	17.11	85 405,08	88 582,71
Financiamentos obtidos	8	76 093,20	76 093,20
Outros Passivos Correntes	17.12	884 022,81	518 118,43
<u>Total Passivo Corrente:</u>		1 150 760,00	858 266,39
<u>Total do passivo</u>		1 531 226,00	1 314 825,59
<u>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</u>		17 656 702,39	16 826 724,92

Handwritten: NIF 199 722 302
CE 37267

Handwritten signatures and notes: TAE d 76, João Paulo, 17.12.2025, X. K. S. M. S. M.

SCM Idanha-a-Nova
Demonstração de Resultados
31 DE DEZEMBRO DE 2025

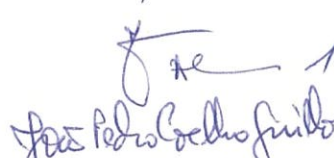
Unidade Monetária:

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	6 239 235,06	6 054 713,86
Subsídios, doações e legados à exploração	12	1 500,00	180 030,39
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos	17.1	(15 725,61)	(38 860,19)
Trabalhos para a própria entidade	10	3 988,92	7 788,47
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(489 726,61)	(461 672,94)
Fornecimentos e serviços externos	17.13	(1 065 598,03)	(1 127 596,03)
Gastos com o pessoal	15	(3 898 485,93)	(3 683 853,37)
Outros rendimentos e ganhos	17.14	178 916,48	177 000,76
Outros gastos e perdas	17.15	(14 663,71)	(18 884,02)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		939 440,57	1 088 666,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(395 056,08)	(368 943,21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		544 384,49	719 723,72
Juros e rendimentos similares obtidos	17.16	106 245,04	70 370,95
Juros e gastos similares suportados	17.16	(10,86)	(593,23)
Resultados antes de impostos		650 618,67	789 501,44
Imposto sobre o rendimento do período			-
Resultado líquido do período		650 618,67	789 501,44

O CONTABILISTA CERTIFICADO

 Nif 195722302
CC 33262

A MESA ADMINISTRATIVA



João Pedro Coelho
Vice-Presidente do Conselho

SCM Idanha-a-Nova

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

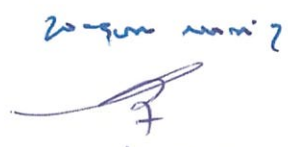
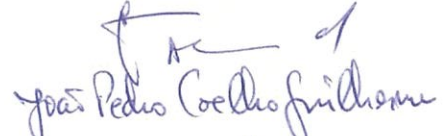
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		7 111 195,72	5 913 278,64
Pagamentos de subsídios			
Pagamento a fornecedores		(1 805 382,87)	(1 712 617,32)
Pagamentos ao pessoal		(3 898 485,93)	(3 529 519,95)
Caixa gerada pelas operações		1 407 326,92	671 141,37
Outros recebimentos/pagamentos		(304 283,41)	159 151,66
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 103 043,51	830 293,03
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(401 296,63)	(214 036,29)
Ativos intangíveis			
Outros ativos			
Investimentos financeiros		(76 093,20)	(95 815,62)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		7 500,00	10 000,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		106 245,04	70 370,95
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(363 644,79)	(229 480,96)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(77 876,07)	(76 093,00)
Juros e gastos similares		(10,86)	(28,85)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(77 886,93)	(76 121,85)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		661 511,79	524 690,22
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	4 760 229,45	4 235 539,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	5 421 741,24	4 760 229,45

O CONTABILISTA CERTIFICADO

 NIF 195722302
CC 33267

A MESA ADMINISTRATIVA


 João Pedro Coelho
Vitor Alves de Jesus Assunção

Santa Casa da Misericórdia de Idanha à Nova

Demonstrações de alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2025

Descrição	Notas	Fundos	Ajustamentos em Activos Financeiros	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	(1)	17.9	760 047,25	(143 471,27)	12 799 267,58	1 306 554,33	789 501,44	15 511 899,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do Resultado Líquido				789 501,44		(789 501,44)		-
Outras variações nos fundos patrimoniais			(42 325,75)	48 360,19	(43 076,05)			(37 041,61)
	(2)		-	837 861,63	(43 076,05)	(789 501,44)		(37 041,61)
							650 618,67	650 618,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						(138 882,77)	613 577,06
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)							
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
	(5)		-	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	17.9	760 047,25	(185 797,02)	13 637 129,21	1 263 478,28	650 618,67	16 125 476,39

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Boleado NIF 145722302
Cc 7776+

para ver mais?
João Pedro Correia
Vice-Marca de Jesus Massaro



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa de Misericórdia de Idanha à Nova (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 17.656.702 euros e um total de fundos patrimoniais de 16.125.476 euros, incluindo um resultado líquido de 650.618 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Santa Casa de Misericórdia de Idanha à Nova em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A minha responsabilidade nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estou convicto que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou



erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluí sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Pedro Miguel Januário Costa
Revisor Oficial de Contas

- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Covilhã, 19 de junho de 2026

O Revisor Oficial de Contas

Pedro Miguel Januário Costa, ROC n.º 1622, CMVM n.º 20161232

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestações de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova ao órgão competente para a verificação da sua legitimidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2 do Artigo 14º-A, do Decreto-lei n.º 175-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2025 foram publicadas no sítio institucional eletrónico desta instituição www.idanha-misericordia.pt em ___/___/2026.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada a adotar o Código dos Contratos Publico, pelo que no exercício de 2025 a entidade:

☒

Realizou obras superiores a 25.000€ e aplicou o Código dos Contratos Públicos

☐

Realizou obras superiores a 25.000€, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.

☐

Não realizou obras superiores a 25.000€, pelo que não aplica o Artigo 23º

A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

2-5-2026

[Assinatura]

por Pedro Coelho Fialho

[Assinatura]

Vitor Hugo de Jesus Marques



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA

- MESA ADMINISTRATIVA -

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 18 DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2026=

----- Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu, a sua Mesa Administrativa estando presentes os Senhores, Joaquim Morão Lopes Dias, António Sousa Lisboa, João Pedro Coelho Guilherme, Victor Manuel Jesus Mascarenhas e João António Milheiro Almeida, respetivamente Provedor, Secretário e Vogais, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO ÚNICO - APRECIÇÃO DO PROCESSO DE CONTAS DO ANO DE 2025

----- Aberta a sessão pelo senhor Provedor, deu-se início à discussão dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos.

PONTO ÚNICO. - APRECIÇÃO DO PROCESSO DE CONTAS DO ANO DE 2025 -

O senhor Provedor apresentou à Mesa Administrativa o Processo de Contas referentes ao ano de dois mil e vinte e cinco, verificando-se que a receita apresenta um valor de 6 530 890,15 € (seis milhões quinhentos trinta mil, oitocentos noventa euros e quinze centimos), e a despesa um valor de 5 880 271,48 € (cinco milhões, oitocentos oitenta mil, duzentos setenta e um euros e quarenta e oito centimos).

A Mesa Administrativa analisou as diversas rubricas que compõem o processo de contas, constatando que estão dentro das perspetivas apontadas para o ano de dois mil e vinte e quatro. Mais verificou o custo nas amortizações e depreciações no valor de 395 056,08 € (trezentos noventa e cinco mil, cinquenta e seis euros e oito centimos), bem como o resultado líquido do período no valor de 650 618,67 € (seiscentos cinquenta mil, seiscentos dezoito euros e sessenta e sete centimos).

De salientar os proveitos em vendas e serviços prestados, que totalizaram 6 239 235,06 € (seis milhões duzentos trinta e nove mil, duzentos trinta e cinco euros e seis centimos), bem como os juros e rendimentos que totalizaram 106 245,04€ (cento e seis mil, duzentos quarenta e cinco euros e quatro centimos).



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA

- MESA ADMINISTRATIVA -

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 18 DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2026=

Relativamente aos custos de salientar a rubrica Custos das Mercadorias vendidas e das Matérias Consumidas que totalizaram 489 726,61 € (quatrocentos oitenta e nove mil, setecentos vinte e seis euros e sessenta e um centimos), da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos no valor de 1 065 598,03 € (um milhão, sessenta e cinco mil, quinhentos noventa e oito euros e três centimos) e da rubrica de Gastos com Pessoal, que totalizou 3 898 485,93 € (três milhões, oitocentos noventa e oito mil, quatrocentos oitenta e cinco euros e noventa e três centimos).

Depois da análise efetuada ao processo de contas, a Mesa Administrativa, deliberou por unanimidade, aprovar o processo de contas relativo ao ano de 2025, bem como submeter o mesmo à apreciação do Conselho Fiscal e Assembleia Geral, para apreciação e votação.

A Mesa Administrativa propôs a aplicação do Resultado Líquido do Período, positivo, em Resultados Transitados.

----- E nada mais havendo a tratar se encerrou a reunião da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos presentes. -----

O Provedor

O Secretário

Os Vogais



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA

- CONSELHO FISCAL -

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 19 DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2026=

Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, sita na Rua Dr. Aprígio Melo Leão de Meireles, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu, o Conselho Fiscal, estando presente o seu Presidente, senhor Alexandre Manuel Antunes Fernandes, o seu Vice-Presidente, senhor Jerónimo Bruno Raposo e o seu Secretário senhor Vitor Manuel Mendes Martins, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise do Processo de Contas referentes ao ano de 2025. -----

----- O Conselho Fiscal apresenta nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, o seu Relatório e dá parecer sobre a Prestação de Contas que constam do Relatório de Gestão, do Balanço, Demonstração de Resultados e Mapa de Fluxos de Caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos termos seguintes: -----

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Instituição através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Mesa Administrativa quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisou a adequação dos critérios valorimétricos adotados. -----

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório da Mesa Administrativa, o qual traduz a atividade desenvolvida e a situação da Instituição. -----

O Conselho Fiscal apreciou igualmente a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas Pedro Miguel Januário Costa, decorrente do exame por si



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA

- CONSELHO FISCAL -

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 19 DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2026=

realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerado como fazendo parte integrante deste Parecer. -----

----- Finalmente, o Conselho Fiscal entende dever realçar que a prestação de contas do exercício de 2025 reflete a relevância do trabalho desenvolvido pela Santa Casa de Misericórdia de Idanha-a-Nova, designadamente pela sua Mesa Administrativa, quer no que respeita à prossecução da sua meritória atividade, quer no que se refere ao rigor e qualidade da gestão desenvolvida no exercício em apreço. -----

----- Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que: -----

O Relatório de Gestão apresentado pela Mesa Administrativa deve ser aprovado; -----

As Contas apresentadas pela Mesa Administrativa devem ser aprovadas; -----

A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Mesa Administrativa deve ser aprovada. -----

E nada mais havendo a tratar, se encerrou a sessão da qual foi lavrada da presente acta que vai ser devidamente assinada. -----

O Presidente

O Vice-Presidente

O Secretário

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 19 DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2026=

Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, na sala de Sessões da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, reuniram-se em Assembleia Geral os Irmãos da mesma Santa Casa, pelas dezoito horas, em segunda Convocatória, conforme convocatória do dia três do corrente mês, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação do Processo de Contas e parecer do Conselho Fiscal referente ao ano de 2025.

2. Outros assuntos de interesse para a Instituição. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Geral, Padre Adelino Américo Lourenço e a senhora Vice-Presidente Maria Fernanda Simões Soares, não estiveram presentes por motivos de ordem pessoal. Assim o senhor Secretário João José Pereira Tapadas assumiu as funções de Presidente, tendo convidado para a Mesa os senhores Jorge Miguel Miranda Antunes e João José da Silva Couchinho, o quais aceitaram o convite e ocuparam o seu lugar.-----

---Conforme ponto um da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Mesa deu por aberta a reunião, cumprimentando os Irmãos presentes e de seguida deu a palavra ao Senhor Provedor.

----- O senhor Provedor começou por justificar em só nesta data ser presente o processo de contas. De seguida apresentou o Processo de Contas referentes ao ano de dois mil e vinte e cinco, onde se verifica que a receita total importa em 6 530 890,15€ (seis milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos noventa euros e quinze cêntimos) e a despesa em 5 880 271,48 € (cinco milhões, oitocentos oitenta mil, duzentos setenta e um euros e quarenta e oito cêntimos), apresentando um Resultado Líquido Positivo no valor de 650 618,67€ (seiscentos cinquenta mil, seiscentos e dezoito euros e sessenta e sete cêntimos).-----

---O Senhor Provedor explicou as receitas das diversas rubricas, destacando as mais significativas como a Venda e Serviços Prestados, no valor de 6 239 235,06 € (seis milhões, duzentos trinta e nove mil, duzentos trinta e cinco euros e seis cêntimos), a de juros, no valor de 106 245,04 € (cento e seis mil, duzentos quarenta e cinco euros e quatro cêntimos) e Outros Rendimentos, no valor de 178 916,48 € (cento setenta e oito mil, novecentos e dezasseis euros e quarenta e oito cêntimos. De salientar que

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 19 DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2026=

esta rubrica inclui o valor de 98 530,00 € (noventa e oito mil, quinhentos trinta euros) correspondente às rendas pagas pelo aluguer de habitações propriedade desta Santa Casa da Misericórdia -----

---No que se refere aos custos, salientou a rubrica das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas no valor de 489 726,61 € (quatrocentos oitenta e nove mil, setecentos vinte e seis euros e sessenta e um centimos), a de Fornecimentos e Serviços Externos 1 065 598,03 € (um milhão, sessenta e cinco mil, quinhentos noventa e oito euros e três centimos), e a de Gastos com Pessoal, no valor de 3 898 485,93 € (três milhões, oitocentos noventa e oito mil, quatrocentos oitenta e cinco euros e noventa e três centimos). Mais salientou os custos com Gastos/Reversões de depreciações e de amortizações, no valor de 395 056,08 € (trezentos noventa e cinco mil, cinquenta e seis euros e oito centimos). -----

----O senhor Provedor salientou ainda que o Resultado Líquido do Período, foi no valor positivo de 650 618,67 € (setecentos cinquenta mil, seiscentos e dezoito euros e sessenta e sete centimos), propondo, conforme o deliberado na reunião da Mesa Administrativa do dia dezoito de junho, que o mesmo seja aplicado em Resultados Transitados. -----

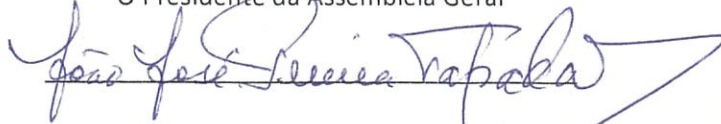
---De seguida foi lida a Ata do Conselho Fiscal realizada em dezanove de junho de dois mil e vinte e seis, onde dá o parecer favorável à aprovação do Processo de Contas de dois mil e vinte e cinco. -----

---Depois dos presentes terem ficado devidamente elucidados sobre os valores apresentados e o movimento da Instituição, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação o Processo de Contas de dois mil e vinte e cinco, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, bem como a aplicação do Resultado Líquido do Período. -----

---No ponto dois o Senhor Provedor informou que todas as valências da Santa Casa da Misericórdia se encontram a funcionar nos termos funcionais. -----

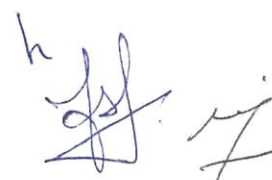
---- E não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada. -----

O Presidente da Assembleia Geral



Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova
Rua Dr Aprigio Melo Leão Meireles, S/N
6060-101 Idanha-a-Nova C.A.E.: 87301 N.I.F.: 501385169
Mat. de em Idanha-a-Nova

ATAS



Folha 13

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 19 DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2026=

O Vice-Presidente da Assembleia Geral

Sage Ants

O Secretário

João José Síl Cordeiro